



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640140 - SC (2021/0013283-9)

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : JEFERSON GOULART DO NASCIMENTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JEFERSON GOULART DO NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5041902-04.2020.8.24.0000/SC).

O paciente encontra-se preso, em regime fechado, em cumprimento de pena de 14 (quatorze) anos de prisão pela prática do crime previsto no art. 121 § 2º, I, IV, do Código Penal.

A impetrante sustenta que o paciente sofre de tumor cerebral, o que o insere no grupo de risco de contágio do novo coronavírus (COVID-19).

Destaca que o juízo das execuções já havia deferido a prisão domiciliar ao paciente, porém posteriormente a revogou.

Alega que a Corte de origem denegou a ordem em *habeas corpus* lá impetrado, o que considera ilegal.

Argumenta que diante de vulnerabilidade extrema e risco de contágio em cascata, seria absolutamente necessário que os apenados do grupo de risco fossem colocados em prisão domiciliar.

Requer, liminarmente e no mérito, a conversão da prisão preventiva do paciente em domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: *a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social* (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, os impetrantes não demonstraram a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (e-STJ fls. 26/27):

*"Dessa forma, adentrando ao exame do caso concreto, até o momento as unidades prisionais deste Estado têm cumprido os protocolos de profilaxia e higienização.*

*Aliás, apesar do réu ser acometido de quadro delicado de convulsões, tal fato por si só não é suficiente para o deferimento de prisão domiciliar, tendo em vista que, por via de regra, os ergástulos despendem de medicação e tratamento para a respectiva doença. Caso contrário, deveria a impetrante ter colacionado documentação pertinente, atestando a inviabilidade de tratamento no recinto prisional em que se encontra o paciente, porém, assim não procedeu.*

*Ainda, pelo que consta, foi autorizado pelo Juízo da Execução, eventual consulta à profissional, providência a ser adotada pela família do acusado e comunicada à autoridade judicial.*

*Válido consignar que o apenado também se encontra segregado provisoriamente, pois responde a outros processos, dentre eles pela suposta prática dos crimes de homicídio e tráfico de drogas. Desse modo, considerando a gravidade concreta das condutas, em tese, perpetradas, bem como a periculosidade do paciente, não se mostra recomendável a concessão da prisão domiciliar (evento 714 - autos n. 0700718-96.2013.8.24.0020).*

*[...]*

*Esclareço que a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus não pode ser tratada como um salvo-conduto a práticas delituosas, ainda que perpetradas sem violência ou grave ameaça à pessoa, sob pena do agente, previamente, ter ciência de que não responderá por eventuais crimes segregado.*

*Por oportuno, não há de se olvidar que o juízo responsável pela instrução do processo, seja ela no âmbito processual penal ou da execução criminal, deve estar sempre atento às modificações fáticas inerentes à situação atual e certamente poderá, diante das alterações, modificar o posicionamento anterior, a fim de guardar harmonia com os anseios da sociedade.*

*Nesse raciocínio, não há qualquer constrangimento ilegal a ser sanado na via do habeas corpus, restando plenamente justificada a revogação da prisão domiciliar.*

*Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e denegar a ordem."*

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.  
Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência